

# Termo de Referência 12/2024

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
12/2024	154052-UFV - CAMPUS FLORESTAL	MARCIA AUXILIADORA DE LIMA	16/07/2024 14:33 (v 2.0)
Status	CONCLUIDO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23114.909059/2024-69

## 1. Definição do objeto

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1 Aquisição de materiais diversos necessários para decoração nas cerimônias de colação de grau dos Cursos Superiores e de Certificação dos Cursos Técnicos e Ensino Médio, Universidade Federal de Viçosa, Campus Florestal, nos termos da tabela do Apêndice I do Termo de Referência – Especificações Gerais, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2 A descrição complementar dos itens encontra-se no Apêndice I do Termo de Referência – Especificações Gerais.
- 1.3 Havendo divergência entre a descrição vinculada ao código CATMAT/SERPRO e a descrição detalhada do Apêndice I – Das especificações, prevalece a deste último.
- 1.4 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.5 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.6 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da publicação do resultado no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133,
- 1.7 O contrato ou instrumento equivalente oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. Fundamentação da contratação

- 2.1 A Fundamentação da Contratação e os quantitativos por item encontram-se pormenorizados nos Apêndices I e II do Termo de Referência.
- 2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento no Apêndice II – Termo de Referência – Estudo Técnico Preliminar.

## 3. Descrição da solução

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice II deste Termo de Referência.

## 4. Requisitos da contratação

4.1 Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice II deste Termo de Referência.

### 4.2 Sustentabilidade:

4.2.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos previstos em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice II deste Termo de Referência, e que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

### 4.3 Indicação de marcas ou modelos ( Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021 )

4.3.1 Na presente contratação somente será admitida a indicação das marcas(s), característica(s) ou modelo(s) como parâmetro de referência para melhor compreensão do objeto, como parâmetro de qualidade, nos casos de padronização ou compatibilidade com outras plataformas ou padrões adotados pela Administração, sempre de acordo com as justificativas contidas nos Estudo Técnico Preliminar, apêndice II deste Termo de Referência

4.3.2 Os itens, os requisitos e as respectivas marcas(s), característica(s) ou modelo(s) estão previstos em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice II deste Termo de Referência.

### 4.4 Da exigência de amostra

4.4.1 Não serão exigidas amostras ou prova de conceito para os itens desta contratação, de acordo com as justificativas contidas nos Estudo Técnico Preliminar, apêndice II deste Termo de Referência

### 4.5 Da exigência de carta de solidariedade

4.5.1 Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, visto se tratar de itens comuns de pronta entrega, conforme justificativas contidas nos Estudo Técnico Preliminar, apêndice II deste Termo de Referência.

### 4.6 Subcontratação

4.6.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### 4.7 Garantia da contratação

4.7.1 1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, por se tratar de aquisição de objeto comum, simples de serem adquiridos no mercado e o risco relativo a não entrega do objeto, apesar de sua essencialidade para a instituição, não acarreta danos irreparáveis, sendo que o pagamento ao fornecedor se dá após o recebimento e ateste da entrega, portanto, neste caso, pode-se ser evitado o ônus da garantia

## 5. Modelo de execução do objeto

### 5.1 Condições de Entrega

5.1.1 O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única.

5.1.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.3 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Almoxarifado do Campus UFV-Florestal, situado na Rod. LMG 818, KM 06, S/N – Campus Universitário, CEP: 35.690-000, na cidade de Florestal – MG.

5.1.4 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 meses do prazo total recomendado pelo fabricante.

## **5.2 Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.2.1 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

## **6. Modelo de gestão do contrato**

6.1 Em substituição ao termo de contrato, conforme disposto no inciso II, art. 95, da Lei 14133, de 2021, será emitida Nota de Empenho a favor do adjudicado, após a publicação do resultado da licitação e depois de transcorrido prazo sem interposição de recurso.

6.2 O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

6.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica o reconhecimento de que:

6.3.1 A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei 14133, de 2021,

6.3.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

6.3.3 A contratada reconhece que as hipóteses de extinção são aquelas previstas nos artigos 137 e 138, da Lei 14133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 139 da mesma Lei.

6.3.4 O prazo de vigência da contratação segue o previsto no item 1.6 deste termo de referência.

6.3.5 A execução do contrato poderá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato ou fiscal administrativo, ou pelos respectivos substitutos ( Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput) e/ou por pessoa designada pelo ordenador para esse acompanhamento.

6.3.6 O fiscal administrativo e/ou do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022 ).

## **7. Critérios de medição e pagamento**

### **7.1 Recebimento**

7.1.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021 , o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.1.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que é pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## 7.2 Liquidação

7.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.2.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.2.3.1 o prazo de validade;

7.2.3.2 a data da emissão;

7.2.3.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.2.3.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.2.3.5 o valor a pagar; e

7.2.3.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.2.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.5.1 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.2.5.2 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.5.3 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.5.4 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.5.5 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## 7.3 Prazo de pagamento

7.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.3.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M de correção monetária.

### 7.3.3 Forma de pagamento

7.3.3.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.3.3.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.3.3.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.3.3.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.3.3.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### 7.3.4 Antecipação de pagamento

7.3.4.1 A presente contratação não permite a antecipação de pagamento, pois pela caracterização do objeto como comum, simples de serem adquiridos no mercado não se demonstrou nos autos que a antecipação do pagamento é, alternativamente viável, ou condição indispensável para a obtenção do bem, ou que propicie sensível economia de recursos (art. 145, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021).

## 7.4 Cessão de crédito

7.4.1 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente

tópico.

7.4.2 As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.4.3 A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.4.4 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.4.5 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.4.6 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### 8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO item para todos os itens.

8.1.2 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

8.1.2.1 Valor Global: R\$ 29.170,84 (vinte e nove mil cento e setenta reais e oitenta e quatro centavos)

8.1.2 Valores unitários: conforme tabela constante no Apêndice I, deste Termo de Referência.

8.1.3 As regras de desempate entre propostas serão discriminadas no edital.

8.1.4 O modo de disputa a ser adotado será ABERTO sendo adequado e suficiente para permitir a ampliação da competição entre os licitantes e permitindo eficiência na identificação do resultado mais vantajoso para a contratação.

### 8.2 Forma de fornecimento

8.2.1 O fornecimento do objeto será integral e imediato a partir do recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

### 8.3 Exigências de habilitação

8.3.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### 8.3.1.1 Habilitação jurídica

8.3.1.1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.3.1.1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.1.1.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.3.1.1.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.1.1.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

- 8.3.1.1.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.3.1.1.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.3.1.1.8 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.3.1.1.9 Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021 .
- 8.3.1.1.10 Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 8.3.1.2 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **8.3.1.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 8.3.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.3.1.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de cerdão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.3.1.2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.3.1.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.3.1.2.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.3.1.2.6 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **9. Estimativas do Valor da Contratação**

**Valor (R\$):** 29.170,84

9.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 29.170,84 (vinte e nove mil cento e setenta reais e oitenta e quatro centavos), conforme custos unitários apostos no Apêndice I deste Termo de Referência

## **10. Adequação orçamentária**

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- 10.2.1 Gestão/Unidade: 154052/15268;
- 10.2.2 Fonte de Recursos: 1000000000;
- 10.2.3 Programa de Trabalho: 231009;
- 10.2.4 Elemento de Despesa: 339030;
- 10.2.5 Plano Interno: M20RLP19MCN;

## 11. Apêndices

11. Apêndice I do Termo de Referência – Especificações Gerais.

### UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - CAMPUS FLORESTAL

#### APÊNDICE I - ESPECIFICAÇÕES GERAIS

ITEM	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	Mediana / Média (valor unitário estimado)	Valor Total Estimado	
1	372067	ORGANIZADOR / BALIZADOR DE FILA (Pedestal Organizador de fila com fita retrátil preta) Material: aço inox com fita retrátil preta de, no mínimo, 2 m de comprimento e 5 cm de largura. Altura mínima: 90 cm Peso mínimo: 7k	UNIDADE (um pedestal com fita retrátil)	45	R\$ 295,00	R\$ 13.275,00	Participação exclusiva ME ou EPP
2	389443	FITA ADESIVA DUPLA FACE. Largura: 12mm x Comprimento: 20m. Espessura mínima: 1mm. Cor: Transparente, branca ou verde. Referências: Fixa Forte VHB 4910 ou Fita Dupla Face Xb 110 Adere Permanente Adermax.	ROLO 20 METRO	20	R\$ 51,43	R\$ 1.028,60	Participação exclusiva ME ou EPP
3	447152	FITA ADESIVA DUPLA FACE. Largura: 25mm x Comprimento: 20m. Espessura mínima: 1mm. Cor: Transparente, branca ou verde. Referências: Fixa Forte VHB 4910 ou FITA DUPLA FACE XT100 ADERE	ROLO 20 METRO	10	R\$ 139,56	R\$ 1.395,60	Participação exclusiva ME ou EPP
4	481186	Lançador de Confetes Elétrico /chuva de Prata/Canhão de Prata. Especificações Técnicas: Capacidade mínima: 2kg de confetes metalizados Alcance do lançamento: mínimo 6m de altura Com Controle Remoto sem Fio + tubo prolongador de 3" com 50cm + manual de instruções Voltagem: 110 ou Bivolt Potência Mínima: 1.500W Garantia mínima do vendedor: 6 meses	UNIDADE	2	R\$ 822,67	R\$ 1.645,34	Participação exclusiva ME ou EPP
5	470866	Papel picado para canhão de Prata especificado no item 10. Cor: Dourado Pacote de 1 kg	UNIDADE (Pacote de 1 KG)	20	R\$ 32,86	R\$ 657,20	Participação exclusiva ME ou EPP
		Papel picado para canhão de Prata	UNIDADE				Participação

6	470865	especificado no item 10. Cor: Prata Pacote de 1 kg	(Pacote de 1 KG)	20	R\$ 35,83	R\$ 716,60	exclusiva ME ou EPP
7	612325	Refletor LED (cor AMARELA); Impermeável, Bivolt; Potência mínima 100 w; Índice de Proteção (IP) 66 - ideal para áreas externas (jardins e fachadas), protegido contra jatos de água de baixa pressão. Garantia mínima de 03 meses do fornecedor e 12 meses do fabricante.	UNIDADE	36	R\$ 58,86	R\$ 2.118,96	Participação exclusiva ME ou EPP
8	612325	Refletor LED (cor VERDE); Impermeável, Bivolt; Potência mínima 100 w; Índice de Proteção (IP) 66 - ideal para áreas externas (jardins e fachadas), protegido contra jatos de água de baixa pressão. Garantia mínima de 03 meses do fornecedor e 12 meses do fabricante.	UNIDADE	12	R\$ 58,86	R\$ 706,32	Participação exclusiva ME ou EPP
9	612325	Refletor LED (cor VERMELHA); Impermeável, Bivolt; Potência mínima 100 w; Índice de Proteção (IP) 66 - ideal para áreas externas (jardins e fachadas), protegido contra jatos de água de baixa pressão. Garantia mínima de 03 meses do fornecedor e 12 meses do fabricante.	UNIDADE	12	R\$ 58,86	R\$ 706,32	Participação exclusiva ME ou EPP
10	269449	Tecido Voal (Voil ) liso para cortina e decoração. Gramatura: 45gr m² Medida: 3m de largura 100% poliéster Cor: Amarelo	M	50	R\$ 14,13	R\$ 706,50	Participação exclusiva ME ou EPP
11	269449	Tecido Voal (Voil ) liso para cortina e decoração. Gramatura: 45gr m² Medida: 3m de largura 100% poliéster Cor: Preto	M	50	R\$ 14,13	R\$ 706,50	Participação exclusiva ME ou EPP
12	269449	Tecido Voal (Voil ) liso para cortina e decoração. Gramatura: 45gr m² Medida: 3m de largura 100% poliéster Cor: Vermelho	M	50	R\$ 14,13	R\$ 706,50	Participação exclusiva ME ou EPP
13	479001	Tecido malha helanca Branca. 100% poliéster; Gramatura: 120gr; Medida: 1,80m de largura	M	286	R\$ 12,40	R\$ 3.546,40	Participação exclusiva ME ou EPP
14	479001	Tecido malha helanca Preta. 100% poliéster; Gramatura: 120gr; Medida: 1,80m de largura	M	100	R\$ 12,55	R\$ 1.255,00	Participação exclusiva ME ou EPP
						R\$ 29.170,84	

## 12. APROVAÇÕES



Ordenador de Despesas	Solicitação(ões) Constantes neste Processo:	X Aprovado	___ Reprovado
	Estudo Técnico Preliminar:	X Aprovado	___ Reprovado
	Termo de Referência:	X Aprovado	___ Reprovado

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**GUILHERME DE AZAMBUJA PUSSIELDI**

Membro da comissão de contratação

**ROGERIO DUARTE TORRES**

Autoridade competente